



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 868/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1520/2014 – 11 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sra. Oreni Campelo Braga da Silva, Presidente.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº. 31/2015 (fls. 2014/2030).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 832/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2031/2034)

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR. Exercício 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Determinação e recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas das Contas da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR, exercício 2013, de responsabilidade Sr.ª Oreni Campelo Braga da Silva, Presidente e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 1.º, II c/c art. 22, II, “b”, da Lei nº 2423/96-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa a Sra. Oreni Campelo Braga da Silva, Presidente da AMAZONASTUR e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referente a 5% do valor previsto no art. 54, §2.º, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 1.º, da Resolução TCE/AM n.º 25/12, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, alterado pela Lei Complementar n.º 114/2013, pelas impropriedades identificadas nos itens **4.1** (item “b”), **4.7** (item “a”), **4.14** (item “a”), **5.5, 5.6, 5.7, 5.9, 5.10, 6.3** (7.º Termo Aditivo) e **7.1**, do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a Sra. Oreni Campelo Braga da Silva, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 868/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Autorizar, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6.º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/2002- TCE;

9.5- Determinar à origem que siga o manual de contabilidade da STN devendo a próxima comissão de inspeção verificar, quando da inspeção in loco, o cumprimento da determinação aqui feita (item 1.2 do Relatório/Voto);

9.6- Recomendar à AMAZONASTUR que:

9.6.1- Encaminhe a esta Corte de Contas, documentos que demonstrem a intenção em regularizar o quadro funcional da instituição, bem como o seu andamento junto aos órgãos competentes (itens 3.1 e 3.2 do Relatório/Voto).

9.6.2- Informe a esta Corte de Contas o andamento do processo para a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do órgão. (Itens 3.3 e 3.4 Relatório/Voto).

9.6.3- Providencie a implantação do Portal de Transparência, sob pena de aplicação de multa por reincidência (item 11 Relatório/Voto).

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral